A C Ó R D ã O
1ª TURMA

Redator Designado: Des. MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA
Relator : Des. ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA
Recorrente : ANDRE SANTANA DE SOUZA
Advogados : Wander Medeiros Arena da Costa e outros
Recorrido : ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.
Advogados : Willian Basílio de Lima e outros
Recorrente : ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A.
Advogados : Willian Basílio de Lima e outros
Recorrido : ANDRE SANTANA DE SOUZA
Advogados : Wander Medeiros Arena da Costa e outros
Origem : Vara do Trabalho de Nova Andradina/MS

DOENÇA DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE.

A perícia realizada nos autos concluiu pelo nexos concausal das atividades laborais do obreiro e a patologia por ele desenvolvida. A culpa da empresa reclamada decorreu da exposição do reclamante a riscos ergonômicos, permitindo que laborasse em atividades sem a adoção de medidas efetivas que prevenissem o acometimento de doenças. Assim, devida a indenização, pois caracterizados todos os pressupostos da responsabilidade civil subjetiva. Recurso patronal parcialmente provido, no particular.

(O relatório é da lavra do Exmo. Desembargador Relator)

"Vistos, relatados e discutidos estes autos (PROC. N. 0001114-55.2013.5.24.0056-RO.1) nos quais figuram como partes as epigrafadas.

Inconformadas com a r. decisão de f. 581-609, complementada às f. 603-614, proferida pela Exma. Juíza Titular de Vara do Trabalho Neiva Márcia Chagas, que julgou procedentes em parte os pedidos articulados na inicial,

recorrem ordinariamente as partes a este Egrégio Tribunal.

O reclamante, pelas razões de f. 615-626, e a reclamada, às f. 628-641, pleiteiam reforma.

Custas processuais e depósito recursal às f. 641-verso/642 e 642-verso/643, respectivamente.

Contrarrazões apresentadas às f. 649-652, pela reclamada, e às f. 654-677, pelo reclamante.

Em razão do que prescreve o artigo 84 do Regimento Interno, os autos não foram encaminhados ao d. Ministério Público do Trabalho.

É o relatório."

V O T O

1 - CONHECIMENTO

(O conhecimento é da lavra do Exmo. Desembargador Relator)

"Presentes os pressupostos processuais de admissibilidade, conheço dos recursos, de ambas as contrarrazões e dos documentos trazidos pela reclamada às f. 643-verso a 646, por se tratar de subsídio jurisprudencial."

2 - MÉRITO

2.1 - RECURSO DA RECLAMADA

Tendo em vista que o recurso da reclamada traz matéria prejudicial à análise do recurso do reclamante, passo a apreciar aquele inicialmente.

2.1.1 - HORAS IN ITINERE

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des. Relator)

"O juízo, considerando o incontroverso tempo de percurso para o trabalho de 1h20 diários e, ainda, afastando a validade das cláusulas convencionais que suprimiram o direito em tela deferiu o pagamento de horas extras no período de 22.11.2008 a 7.11.2009.

A reclamada, buscando excluir a condenação, aduz que o autor não comprovou que o local era de difícil acesso, ônus que lhe cabia, que a falta de transporte público, por si só, não enseja o pagamento do tempo de percurso e que as normas coletivas devem ser acolhidas como válidas em razão da decisão do Excelso STF.

Sem razão.

Como bem consignou o juízo, o local se presume de difícil acesso uma vez que a sede da reclamada situa-se em zona rural, tanto que foi citada via mandado, por oficial de justiça (fls. 72/73), e as frentes de trabalho são localidades rurais não servidas por transporte público. (f. 585).

Desse modo, estão preenchidos os pressupostos para o deferimento da parcela (artigo 58, § 2º, da CLT).

De outro prisma, a pactuação da supressão das horas *in itinere* não é válida, conforme jurisprudência pacífica do C. TST (E-RR-163500-83.2009.5.03.0047 - SDI-1 - Rel.^a Min.^a Maria de Assis Calsing - DEJT 8.4.2011).

Consigno, outrossim, que, em razão das

reiteradas decisões do C. TST, a Súmula 5 deste Egrégio Tribunal, que acolhia como válida cláusula coletiva suprimindo horas de percurso, foi cancelada.

Portanto, revela-se inválida cláusula coletiva que simplesmente suprime o direito às horas *in itinere*, pois, reitera-se, não se pode suprimir mediante oferta de contrapartidas contraprestação específica legalmente prevista, sob pena de incorrer-se em ilicitude.

Ponto que as decisões do Excelso STF em nada alteram o exposto, a primeira por versar sobre PDV e a segunda por se tratar de decisão sem efeito vinculante.

Saliento que o C. TST analisou a questão das horas *in itinere* após a decisão invocada no apelo, definindo que o Excelso STF apreciou o tema sob o enfoque da necessidade de haver contrapartida razoável para acolher como válida a negociação coletiva ("Na decisão final, embora chegando ao mesmo resultado, prevaleceram dois desses fundamentos: o de que a autonomia negocial coletiva não é absoluta e a de que os precedentes do STF não comportam interpretação esquemática" - Processo: RR-205900-57.2007.5.09.0325, Notícias do TST, 27.9.2016, constando na certidão de julgamento: "II) Acolher proposta do Exmo. Ministro João Oreste Dalazen e adotar como fundamentos apenas as seguintes razões de decidir: a) a autonomia negocial coletiva não é absoluta; e b) os precedentes do STF sobre a matéria comportam a aplicação da técnica do "distinguishing" para não incidência no caso concreto").

No caso em debate, os benefícios oferecidos em contrapartida (seria apenas o reajuste do piso normativo acima da inflação, pois, em relação ao demais benefícios, não há prova de que não eram oferecidos em negociações pretéritas, não podendo se concluir, assim, que são contrapartidas) não compensam pecuniariamente o trabalhador, havendo nítido desequilíbrio na negociação ("benefícios" x

1h20 de percurso diária).

Quanto ao segundo fundamento trazido no apelo, vale registrar que o C. TST vem acolhendo como possível a fixação de tempo médio para as horas *in itinere*, desde que observado no particular a razoabilidade entre o tempo médio fixado e o real cumprido pelo trabalhador (mínimo 50% do tempo real: TST-RR-120500-43.2009.5.22.0002 - Rel. Min. Lelio Bentes Corrêa - DEJT 24.2.2012).

No caso, todavia, o período da condenação abrange apenas os instrumentos coletivos que suprimiram o direito em tela.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso."

2.1.2 - INTERVALO INTRAJORNADA

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des. Relator)

"Aduz a recorrente que o reclamante não comprovou a violação ao intervalo intrajornada mínimo. Sucessivamente, requer a compensação com os valores pagos sob a mesma rubrica.

Sem razão.

A testemunha indicada pelo reclamante, que com ele trabalhou no mesmo turno, no período de 2008 a 1º.3.2009, foi apta a desmerecer os controles de frequência ao afirmar que: "o reclamante não gozava do intervalo intrajornada todos os dias da semana" (f. 416, item 5), não merecendo reforma, portanto, a sentença que deferiu o pagamento de uma hora extra diária por quatro vezes na semana, durante o período de 22.11.2008 a 7.11.2009.

Por fim, não consta nos holerites pagamento a

título de intervalo para refeição.

Nego provimento."

2.1.3 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR - DOENÇA OCUPACIONAL - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

"Sustenta a recorrente que não se trata de responsabilidade objetiva, pois a função exercida pelo reclamante não era de risco acentuado; que a doença (lesão na coluna) é crônico-degenerativa e o esforço físico não é contínuo, conforme esclareceu a perícia; que o INSS nunca reconheceu a doença como ocupacional; que não hánexo causal; que o perito não analisou o local de trabalho, sequer sendo possível afirmar que houve agravamento da lesão pelo trabalho; que, ao contrário do exposto na sentença, a própria inicial relata que a doença decorreu das atividades como "operador de munk" e não de auxiliar de caminhão; que não há incapacidade total e definitiva pois o perito esclareceu que não havia labor habitual com esforço físico, que era de leve a moderado, que não agiu com culpa e que não estão preenchidos os requisitos para a estabilidade provisória." (O relatório é da lavra do Exmo. Des. Relator)

Analiso.

Para que o empregado obtenha êxito em sua pretensão de indenização terá que comprovar a presença do dano, da culpa do empregador e donexo causal.

Observo que o autor começou a laborar na reclamada aos 20 anos de idade (admissão em 08.03.2008 - f. 50) e que, aos 22 anos (05/2010) teve reconhecida sua incapacidade laborativa pelo órgão previdenciário (f. 56/67), na espécie 91, ou seja, acidente do trabalho/doença ocupacional.

Compulsando os exames médicos trazidos pelo reclamante, constatou-se que ele apresenta: pequenas hérnias de disco póstero-medianas em C3-C4 e C5-C6 e outro diminuto em C6-C7 (coluna cervical; discopatia degenerativa incipiente de D4-D5 e D6-D7 (coluna dorsal) e; discopatia lombar incipiente (coluna lombar).

No caso, a perícia médica realizada confirmou que o autor é portador de "doença degenerativa da coluna que teve influência na sua evolução devido aos trabalhos realizados na reclamada" (f. 548).

Ainda, o perito ressaltou que "os trabalhos executados pelo autor na reclamada são de risco para as lesões e contribuíram decisivamente para a apresentação precoce dos sintomas clínicos e da incapacidade para o trabalho habitual" (p. 548), do que se depreende que, por mais que se reconheça que a doença tenha características crônico-degenerativas, não é natural o afastamento de um jovem de 22 anos em razão das aludidas doenças, sem que haja a contribuição de causas externas para seu aparecimento, considerando que a "(...) hérnia de disco é na verdade uma combinação de fatores biomecânicos, alterações degenerativas do disco e situações que levam ao aumento da pressão sobre o disco" (p. 489).

Não obstante, o laudo apresentado pelo perito engenheiro do trabalho afirme que o obreiro laborava em condições ergonômicas (f. 512), verifico que a abordagem da matéria ocorreu de maneira muito superficial, pois não considerou os movimentos de subir e descer continuamente do caminhão, acoplamento dos "bags" às correntes do caminhão, bem como se as demais tarefas eram realizadas com a cautela e postura corretas para a não ocorrência de lesões nos membros superiores, inferiores e tronco do trabalhador, ainda, se

houve treinamento e fiscalização específicos neste sentido, dentre outros elementos capazes de evitar o surgimento de doenças ocupacionais, condutas estas não comprovadas pela ré.

Deste modo, reputo que o laudo pericial de fl. 498/513 não se presta a infirmar as conclusões lançadas pela profissional de Medicina (f. 539/554), as quais devem ser integralmente acolhidas.

Assim, reconheço a culpa da reclamada, a qual reside na ausência de adoção de medidas eficazes preventivas de doenças desta espécie em seu ambiente laboral, revelando-se inócuos os EPIs fornecidos, diante da dinâmica e da sobrecarga exigidas nas atividades desempenhadas pelo reclamante.

Diante disso, reconheço a responsabilidade subjetiva da reclamada, pois comprovados o dano (lesão), a culpa da empresa (ausência de adoção de medidas eficazes de higiene ocupacional preventivas de doenças) e o nexo causal/concausal entre as atividades laborais e as doenças diagnosticadas, o reconhecimento da doença ocupacional e a reparabilidade pelo dano é medida que se impõe.

Nesse sentido, comungo do entendimento esposado pela juíza de origem, a qual condenou a reclamada ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais, conforme os parâmetros adotados na sentença.

Ademais, verificado o preenchimento dos requisitos previstos no art. 118 da Lei n. 8.213/1991 c/c a Súmula 378 do C. TST, imperioso o reconhecimento de que o autor é detentor de estabilidade provisória.

Dou parcial provimento ao recurso para afastar a responsabilidade objetiva da reclamada, contudo, reconhecer a responsabilidade subjetiva da empresa quanto às patologias apresentadas pelo reclamante, razão pela qual se

mantém o reconhecimento de sua estabilidade provisória, bem como a condenação da reclamada quanto ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais, conforme os parâmetros adotados na sentença.

2.1.4 - FÉRIAS

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des. Relator)

"Pretende a reclamada elidir a condenação ao pagamento de férias integrais de forma simples do período 2008/2009 e proporcionais quanto ao período 2009/2010.

Argumenta que o reclamante foi afastado durante o período concessivo, ocorrendo a suspensão contratual até a presente data.

Sem razão.

Como bem consignou o juízo, a suspensão do contrato de trabalho, em decorrência da percepção de auxílio-doença durante o período concessivo, não impede o pagamento de férias vencidas, conforme jurisprudência do C. TST:

RECURSO DE REVISTA. FÉRIAS. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. AUXÍLIO-DOENÇA. PERÍODO CONCESSIVO. 1. O Tribunal Superior do Trabalho consolidou o entendimento segundo o qual a suspensão do contrato de trabalho em virtude do gozo de auxílio-doença previdenciário ou em razão de aposentadoria por invalidez, durante o período concessivo, não constitui impedimento para o pagamento das férias, acrescidas do terço constitucional, tendo em vista que já cumprido o período aquisitivo, constituindo-se, pois, em direito adquirido do trabalhador. Precedentes. **2.** Agravo de instrumento do Reclamante

a que se dá provimento. Recurso de revista conhecido e provido.
(Processo: RR - 396-85.2012.5.15.0010 -
Relator Ministro: João Oreste Dalazen - 4ª
Turma - Data de Publicação: DEJT 08/05/2015).

Nesses termos, nego provimento ao recurso."

2.1.5 - RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS

**(Este tópico é da lavra do Exmo. Des.
Relator)**

"Sustenta a reclamada que é uma agroindústria e não é devido o recolhimento previdenciário de sua cota-parte, nos termos do artigo 22-A e 25, da Lei n. 8.212/1991, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção.

Com razão.

De fato, para as agroindústrias, a contribuição previdenciária da parte patronal observa o regime específico disposto no artigo 22-A da Lei n. 8.212/1991 - cálculo sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção -, em substituição ao previsto no artigo 22 da mesma lei.

Tem-se por agroindústria o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros (artigo 22-A, caput, da Lei n. 8.212/1991).

No caso dos autos, é fato incontroverso o enquadramento da reclamada nos moldes consignados.

Pelo exposto, dou provimento ao recurso para

afastar da condenação o pagamento das contribuições previdenciárias no que pertine à cota parte do empregador."

2.1.6 - FGTS

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des. Relator)

"Insurge-se a reclamada em face da condenação aos depósitos de FGTS do período de afastamento do reclamante mediante auxílio-doença. Argumenta que não há concausa e nem culpa pela doença do reclamante.

Razão não lhe assiste.

Conforme análise no tópico 2.1.1, foi mantido o nexó por concausa entre a doença apresentada pelo reclamante e o trabalho, sendo devidos os depósitos de FGTS do período de afastamento mediante auxílio-doença, nos termos do artigo 15, parágrafo 5º da Lei n. 8.036/90.

Nego provimento."

2.1.7 - DANOS MORAIS - PLANO DE SAÚDE - CANCELAMENTO

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des. Relator)

"Sustenta a recorrente que não há previsão legal para a manutenção de plano de saúde ao reclamante e que se trata de um benefício previsto em negociação coletiva em virtude da prefixação do tempo de percurso, cuja cláusula foi considerada nula pelo juízo, não permanecendo a obrigação em questão, portanto. Pelo mesmo motivo, pretende a exclusão da

condenação na indenização por danos morais.

Razão não lhe assiste.

A sentença bem apreciou a questão, cujos fundamentos peço vênia para adotar como razões de decidir, *litteris*:

O autor requereu a concessão de liminar para que fosse restabelecido o plano de saúde fornecido pela empresa, de modo que nele fosse incluído como dependente seu filho Felipe de Abreu Souza (f. 25, rodapé da petição).

A liminar foi parcialmente deferida para determinar à ré que restabelecesse o convênio médico do autor, indeferindo, contudo, a inclusão do dependente (f. 68/70).

Em sua defesa a ré alegou que não possui obrigação legal de fornecer plano de saúde a seus empregados, muito menos a seus dependentes (f. 126).

Pois bem.

Os recibos de pagamento correspondentes ao mês de março de 2009 (f. 160) e seguintes, revelam desconto no salário do autor sob a rubrica intitulada “Convênio São Francisco Saúde”, comprovando que o autor usufruía do plano de saúde, tal como deduzido na petição inicial (f. 23).

Não obstante, a questão principal é saber se o obreiro tem direito à manutenção no plano de saúde, apesar de estar afastado do trabalho percebendo auxílio-doença acidentário (causa de suspensão do contrato).

O efeito da suspensão é a cessação dos efeitos principais do contrato de trabalho: a prestação de serviços e sua respectiva remuneração.

Contudo, a suspensão não prejudica a manutenção de outros efeitos do contrato de trabalho, notadamente a manutenção do plano de

saúde, porquanto não se cogita desamparar o trabalhador no momento em que mais necessita de assistência médica - ainda mais no caso vertente, em que o afastamento de suas atividades decorre de acidente de trabalho, o que violaria não só o previsto no art. 468 da CLT, retirando benefício já incorporado ao acervo jurídico do trabalhador, mas também o valor maior da dignidade da pessoa humana.

A pacificação da matéria é evidente, consubstanciada na edição da Súmula n. 440 do C. TST:

AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. RECONHECIMENTO DO DIREITO À MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE OU DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez.

De outro viés, conquanto o autor não tenha produzido prova de que o referido plano contemplava direito a inclusão de dependentes, a declaração de f. 90, não impugnada pelo autor às f. 404, comprova que, ao cumprir a liminar - que indeferiu a integração do alegado dependente Felipe de Abreu Souza ao plano - a ré não só colocou o autor como associado, como também integrou a pessoa de Dagmar Bezerra de Abreu Souza como dependente, presumindo-se, portanto, que essas eram as condições pactuadas no decorrer do contrato de trabalho.

Assim, impõe-se, confirmar a liminar e declarar o direito do reclamante à sua **manutenção no plano de saúde**, enquanto perdurar a suspensão do contrato de trabalho, nos mesmos moldes do plano oferecido aos empregados ativos e pactuados no decorrer

do contrato de trabalho. (f. 605-606)

Nesses termos, nego provimento ao recurso."

2.1.8 - CORREÇÃO MONETÁRIA - IPCA-E

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des.
Relator)

"O juízo determinou a aplicação da Súmula 23 deste Egrégio Tribunal para a correção monetária.

A reclamada defende que os índices da TR devem ser adotados para atualização dos débitos oriundos da condenação.

Sem razão.

Com efeito, o Tribunal Pleno deste E. Regional definiu a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) como fator de correção a ser utilizado na atualização monetária dos débitos trabalhistas, observada a modulação definida pelo Excelso STF na ADI 4357, nos moldes da Súmula 23 do TRT/24ª Região:

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 39 DA LEI nº 8.177/1991.

1. É inconstitucional a expressão "equivalentes à TRD acumulada" constante no art. 39, caput, da Lei nº 8.177/91.
2. Por razão de segurança jurídica e tendo como parâmetro a modulação de efeitos concretizada pelo Supremo Tribunal Federal para atualizar os débitos dos precatórios judiciais (questão de ordem na ADI 4357), limita-se a eficácia retroativa da declaração a 26.03.2015, a partir de quando os débitos trabalhistas deverão ser atualizados pelo IPCA-E, fator indexador eleito pelo Supremo

Tribunal Federal no julgamento da ADI 4425.

Consigno que as decisões do STF invocadas no apelo em nada alteram o exposto porquanto versam sobre atos do C. TST, restando incólume a decisão plenária deste E. Tribunal (Súmula 297 do C. TST).

Nego provimento."

2.2 - RECURSO DO RECLAMANTE

2.2.1 - HONORÁRIOS CONTRATUAIS

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des. Relator)

"Busca a parte autora a condenação da reclamada ao pagamento de indenização por perdas e danos em razão da despesa com a contratação de advogado.

Sem razão.

O C. TST entende inaplicáveis os artigos 389, 395 e 404 do Código Civil com a finalidade de indenizar o empregado pelo valor a ser gasto com honorários contratuais.

Deve ser observada, assim, a legislação vigente no âmbito da Justiça do Trabalho, que defere honorários assistenciais apenas na hipótese da Súmula 219 do C. TST, e, no caso, a parte autora não se encontra assistida pela entidade de classe.

Nesse sentido também foi decidido no IUJ/TRT 24^a Região n. 0024142-55.2015.5.24.0000, julgado em 29.6.2015, pacificando o tema no âmbito da 24^a Região, nos moldes da Súmula 18:

PERDAS E DANOS - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO. O entendimento consubstanciado na Súmula 219 do TST impede o deferimento de indenização por perdas e danos decorrentes da contratação de advogado.

Destarte, nego provimento ao recurso."

2.2.2 - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS

(Este tópico é da lavra do Exmo. Des. Relator)

"Pleiteia a parte autora a condenação da reclamada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

Sem razão.

Em se tratando de relação de emprego, não se aplica o artigo 20 do CPC, que trata dos honorários advocatícios sucumbenciais, incidindo a legislação vigente no âmbito da Justiça do Trabalho, que defere honorários assistenciais apenas na hipótese da Súmula 219 do C. TST, sendo certo, no caso, que a parte reclamante não se encontra assistida pela entidade de classe, pressuposto para a concessão da verba.

Nego provimento.

Fixo à condenação o valor de R\$ 20.000,00. Custas processuais no importe de R\$ 400,00, a cargo da reclamada, satisfeitas."

VOTO VENCIDO DA LAVRA DO EXMO. DESEMBARGADOR
ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA

2.1.3 - RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR
- DOENÇA OCUPACIONAL - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

"Sustenta a recorrente que não se trata de responsabilidade objetiva, pois a função exercida pelo reclamante não era de risco acentuado; que a doença (lesão na coluna) é crônico-degenerativa e o esforço físico não é contínuo, conforme esclareceu a perícia; que o INSS nunca reconheceu a doença como ocupacional; que não há nexos causal; que o perito não analisou o local de trabalho, sequer sendo possível afirmar que houve agravamento da lesão pelo trabalho; que, ao contrário do exposto na sentença, a própria inicial relata que a doença decorreu das atividades como "operador de munk" e não de auxiliar de caminhão; que não há incapacidade total e definitiva pois o perito esclareceu que não havia labor habitual com esforço físico, que era de leve a moderado, que não agiu com culpa e que não estão preenchidos os requisitos para a estabilidade provisória.

Parcial razão lhe assiste.

O reclamante foi contratado em 8.3.2008, na função de "operador de guindaste" e, na data da propositura da demanda (22.11.2013) se encontrava afastado mediante auxílio-doença desde 17.11.2009 (doc. à f. 366).

O nexo por concausa entre a doença por ele apresentada (desidratação, abaulamento discal e protusão em coluna vertebral) e o trabalho foi evidenciado pela perícia oficial e não desmerecida por outros elementos probatórios. Veja-se:

Embora o autor possua doença degenerativa da coluna - de **longa data** - o tempo de trabalho na reclamada e as atividades executadas estão intimamente ligadas à evolução da doença; houve contribuição efetiva dos trabalhos realizados na reclamada na aceleração e desencadeamento de sintomas clínicos que levaram o autor a incapacidade laboral que evoluiu para incapacidade total e definitiva.

(...)

Realizamos minuciosa avaliação dos trabalhos realizados, conforme fotos acima descritas e observamos que as atividades exigiam sim de força física dos ombros e movimentação intensa **para subir e descer do caminhão e colocação das sapatas de sustentação, além de carregamento de correntes e ganchos para manuseio de cargas** (f. 523-verso, grifo nosso)

Dessa forma, trata-se de enfermidade ocupacional, sendo a concausa suficiente para a sua caracterização (artigo 21, I, da Lei 8.213/1991).

Caracterizado, portanto, o acidente de trabalho por equiparação o reclamante tem direito à estabilidade provisória no emprego (artigos 20 e 118 da Lei n. 8.213/1991).

Por outro lado, o juízo reconheceu a responsabilidade objetiva da reclamada nos seguintes termos:

No caso em tela, o labor desempenhado pelo autor, conforme relatado na inicial, consistia em carregar “bag” (saco grande de adubo) com o “munck” e colocá-lo sobre o caminhão. Para tanto, tinha de subir no topo do caminhão, pegar uma cruzeta **pesada** e colocá-la no gancho do “munck”. Posteriormente, tinha de

desengatar a cruzeta que ficava no “bag”, subindo novamente no caminhão. Tais procedimentos eram executados pelo menos 14 vezes a cada carga do caminhão, que era realizada quatro vezes ao dia.

A reclamada não contestou, especificamente, essa alegação (defesa - f. 122), limitando-se a afirmar que “*o trabalho do reclamante não necessitava de esforço excessivo, muito menos movimentos repetitivos além do limite legal.*”, pelo que, tem-se por incontroversa a forma como o autor desempenhava o seu labor (art. 341 do CPC/2015).

Nesse passo, observo que os trabalhos executados pelo reclamante como operador de guindaste podem ser considerados de maior risco do que aqueles a que estão submetidos os demais trabalhadores em geral.

Isso porque, o perito médico realizou uma minuciosa avaliação do modo de trabalho do reclamante e constatou que as atividades por este desenvolvidas são de risco para as lesões apresentadas (f. 547). Assim, não resta dúvida de que a mecânica no desempenho dessas atividades causou um grande desgaste físico e agravou consideravelmente as patologias do autor.

Desse modo, entendo ser aplicável, *in casu*, a responsabilidade objetiva, cujos pressupostos necessários para configurar a obrigação de indenizar são apenas o dano e o nexo causal.

Todavia, de plano, afasto a hipótese de responsabilidade objetiva.

Isso porque não se vislumbra na atividade do reclamante, de operador de caminhão munk/operador de guindaste, - descrita na inicial e não impugnada -, risco acentuado para acidentes ou doenças ocupacionais, nos termos do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil e passo a

apreciar a existência de culpa da reclamada, nos termos dos artigos 186 e 927, *caput*, do Código Civil.

Nesse aspecto, na inicial, alegou o reclamante, em síntese, que as funções de operador de guindaste e motorista de caminhão exigiam excesso de esforço físico, que não foi oferecida ginástica laboral ou EPIs e que realizava jornada exaustiva (f. 15).

Todavia, não foi demonstrada a prática de jornada exaustiva e o juízo determinou a realização de perícia por Engenheiro do Trabalho, "a fim de se aferir de forma minudente e escrupulosa o cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho pelo reclamado" (Ata à f. 417-verso), cujo laudo constatou que:

- Não havia grande esforço físico nas atividades (resposta ao quesito n. 4, f. 510);

- Não havia risco ergonômico pois "quando exercia algum esforço físico, o mesmo não é elaborado continuamente"; (resposta ao quesito n. 5, f. 510)

- Não foi constatado esforço físico elevado, pois o reclamante operava o "caminhão munk" através de comando hidráulico, dessa maneira não tendo esforço físico elevado. (resposta ao quesito n. 7. f. 510)

Concluiu o *expert* que:

Observando o local labutado pelo Reclamante e as indagações do paradigma do mesmo, pode-se afirmar que o local é ERGONÔMICO. Nota-se que o trabalhador exerce pouco esforço físico, devido ao guindaste ser operado por comando hidráulico e por não ter seu labor contínuo na mesma atividade, pois hora o trabalhador dirige o caminhão, hora ele opera o guindauto "caminhão munk". Conforme análise das atividades desenvolvidas pelo Reclamante e considerando o local e condições de trabalho,

(...) este perito conclui que o Reclamante labutou em condições caracterizáveis como ergonômicas de acordo com a NR-17. (f. 512)

Dessa forma, não foi demonstrada nenhuma medida de proteção que pudesse ter sido tomada pela reclamada que fosse capaz de evitar o agravamento da lesão degenerativa no reclamante, não estando preenchidos, portanto, os requisitos do dever de indenizar (artigo 186 do Código Civil), diante da ausência de culpa da empresa.

Por derradeiro, acrescento que também não há comprovação de que o reclamante tivesse relatado à reclamada acerca da sua lesão degenerativa em coluna vertebral ou que tivesse apresentado algum pedido de readaptação durante o período anterior ao afastamento.

Pelo exposto, dou parcial provimento ao recurso para afastar as indenizações por dano morais e materiais decorrentes de doença ocupacional, ficando prejudicada a análise do recurso do reclamante quanto a esses temas.

Honorários periciais permanecem com a reclamada em razão da sucumbência com relação à estabilidade provisória."

POSTO ISSO

ACORDAM os integrantes da Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Vigésima Quarta Região, por unanimidade, aprovar o relatório, **conhecer dos recursos**, de ambas as contrarrazões e dos documentos trazidos pela reclamada às f. 643-verso a 646 e, no mérito, **negar**

provimento ao recurso do reclamante, nos termos do voto do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira (relator); **relativamente ao recurso da reclamada: a)** por maioria, **dar-lhe parcial provimento** para afastar a responsabilidade objetiva da reclamada, contudo, reconhecer a responsabilidade subjetiva da empresa quanto às patologias apresentadas pelo reclamante, razão pela qual se mantém o reconhecimento de sua estabilidade provisória, bem como a condenação da reclamada quanto ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais, conforme os parâmetros adotados na sentença, nos termos do voto do Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida (revisor), vencido o Desembargador relator, que lhe dava provimento mais amplo; e **b)** por unanimidade, **dar-lhe parcial provimento quanto ao mais** para afastar da condenação o pagamento das contribuições previdenciárias no que pertine à cota parte do empregador, nos termos do voto do Desembargador relator. Redigirá o acórdão o Desembargador revisor.

Campo Grande, 11 de julho de 2017.

MARCIO VASQUES THIBAU DE ALMEIDA
Desembargador do Trabalho
Relator